

OS TENETEHARA-GUAJAJARA E A SOCIEDADE NACIONAL

AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES
ECONÔMICAS

Edson Soares Diniz

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

CAMPUS DE MARILIA

SÉRIES MONOGRÁFICAS
ETNOLOGIA, 6

Coordenação editorial;
Preparo de originais;
Revisão de originais;
Ilustração e paginação:
EDEVALDO DONIZETI DOS SANTOS

Produção Gráfica:
ALÍPIO PRADO

Capa: **WILSON ROBERTO REZENDE**

DINIZ, Edson Soares. Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional - Avaliação das relações Econômicas. Marília, UNESP, Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação. 1988. (Séries Monográficas, Etnologia, 6).

OS TENETEHARA-GUAJAJARA E A SOCIEDADE NACIONAL
- Avaliação das Relações Econômicas -

Edson Soares Diniz (*)

(*) Professor Titular, junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP - Campus de Marília e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

INTRODUÇÃO

Os Tenetehara-Guajajara vivem no Estado do Maranhão. Falam uma língua Tupi-Guarani. Todavia, devido ao prolongado contato com os brasileiros, pode-se dizer que hoje em dia são bilingues, podendo expressar-se tanto no seu idioma como no português. O termo Teneteharara significa "nós somos gente verdadeira" (Gomes, 1977:1). Temos empregado em nossos trabalhos sobre este grupo tribal a denominação Tenetehara-Guajajara, para especificar que a pesquisa que efetuamos não abrange os Tenetehara-Tembé (Diniz, 1982, 1983, 1984/1985, 1988 e Diniz e Cardia, 1979).

Os Tenetehara-Guajajara vivem no baixo, médio e alto Pindaré e no baixo, médio e alto Mearim, incluindo-se nesta vasta extensão os municípios de Bom Jardim, ao norte do Maranhão, Amarante, Grajaú e Barra do Corda, ao sul do Estado. Sua população é de aproximadamente cinco mil indivíduos, distribuídos em mais de trinta aldeamentos, sob a jurisdição de sete Postos Indígenas que atuam em quatro Reservas⁽¹⁾.

Cronistas e exploradores referiram-se aos Tenetehara, nos séculos XVII e XVIII, como habitantes do Alto Pindaré. Somente no

século XIX aparecem referenciais aos Tenetehara dos rios Mearim e Grajaú. O Alto Mearim era desconhecido até 1835, mas já em 1850 lá existiam setenta fazendas. Era grande o temor pelos selvagens que habitavam as suas margens. O rio Pindaré era navegável até Carú. Aí começava o Alto Pindaré, que era habitado por indígenas pacíficos que extraíam óleo de copaíba (Viveiros, 1954:292). Na década de 1640 foi organizada uma partida pelo Capitão-Mor do Pará, Lucena de Azevedo, em que foram capturados 50 casais da "Nação Pindaré", além de 600 Tupinambá. A partir de 1653, os missionários jesuítas iniciaram seu trabalho de catequese dos Tenetehara do Pindaré (Gomes, 1977:69).

Na primeira metade do século XVIII, os Tenetehara-Guajajara foram vítimas dos ataques escravagistas e muitos deles foram levados para trabalhar nas plantações portuguesas. A partir do final desse século, os "civilizados" passaram a invadir a área habitada pelos Tenetehara-Guajajara do alto rio Pindaré. Aí foram fundados povoados, sendo comum nessa época as uniões entre homens "brancos" e mulheres índias. Os homens eram aproveitados como mão-de-obra no extrativismo vegetal e como tripulantes das canoas de transporte de mercadorias.

Em 1755 foi criada a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, cujo objetivo era o cultivo e a exportação de algodão maranhense. Já em 1760, eram exportadas 651 arrobas de algodão do porto de São Luís. Esse total passou para 4.055 em 1771 e para 298.582 arrobas em 1811 (Gaioso, 1970:179). O plantio de arroz teve início em 1776, na variedade de arroz vermelho ou arroz terra, mudando-se para o cultivo do arroz branco em 1772 devido a preferência do mercado a que se destinava a exportação (Marques, 1970:91-93). Em virtude da necessidade de braços para a lavoura, foram importados escravos africanos que começaram a chegar na região em 1761 (Marques, 1970:265). Em 1779 havia no Maranhão 31.722 pretos e 18.573 mulatos (Viveiros, 1954:288).

Os Tenetehara-Guajajara, em mais de três séculos de contato com elementos portugueses e depois brasileiros conseguiram, mesmo descaracterizados culturalmente, manter sua individualidade. As condições históricas os favoreceram. O território por eles habitado era isolado, de difícil acesso, fato que dificultava o convívio com os alienígenas. A falta de interesse econômico imediato, também foi um fator importante para a manutenção dos aspectos fundamentais da cultura indígena. Segundo

Valverde (1957:391) "Só o norte do Maranhão conheceu, desde o início do seu povoamento, um surto significativo de progresso, que ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, graças a atividade econômica desenvolvida pela Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão, que aí introduziu créditos, ferramentas e escravos africanos para as lavouras do algodão".

Este estudo focaliza as relações econômicas que se processam no convívio intersocietário dos indígenas com os "brancos" (2) que foi ocorrendo de modo gradativo. Mesmo por ocasião da segunda guerra mundial, com a grande procura do coco babaçu, somente aqueles grupos locais em que existia esse produto vegetal sofreram as consequências disso advindas. Nosso objetivo final visa focalizar os aspectos da mudança e da persistência do sistema econômico tribal em relação à sociedade brasileira⁽³⁾, após a pesquisa pioneira de Wagley e Galvão. Eles basearam suas observações no contingente que habitava ao longo do rio Pindaré e nas proximidades da estrada de gado entre os rios Mearim e Pindaré, no município de Pindaré-Mirim. Nessa época, a região tinha uma rarefeita população e ainda era grandemente isolada pela ausência de rodovias. So-

mente "em 1950, a construção de uma estrada carroçável, liga a cidade de Imperatriz a Grajaú, cidade às margens do rio do mesmo nome, importante centro comercial, ponto terminal de navegação e ligada à Barra do Corda e ao Piauí. Logo a seguir a Prefeitura de Imperatriz adquire o primeiro veículo motorizado a trafegar na região. Pela nova estrada chegam, cada vez em maior número, migrantes nordestinos num movimento de penetração que remonta ao princípio do século, vindos da zona de povoamento antigo do Nordeste, fugindo da seca e das dificuldades de colocação de mão-de-obra ou então procedentes dos "vales úmidos" do Maranhão e especialmente da região entre Itapicuru e o Mearim, sempre em busca de terras devolutas de mata para sua agricultura de coivara"(Keller, 1975:671). Em fins da década de 1950, foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília. Em seguida a ação governamental voltou-se para os chamados incentivos fiscais, com o objetivo de estimular projetos agropecuários e industriais. A abertura de rodovias interestaduais e intermunicipais possibilitou a comunicação terrestre, durante todo o ano. O sensível aumento demográfico regional, a dinamização das atividades econômicas e dos modernos meios de comunicação mudaram a face do

panorama anterior.

Foram visitados os grupos locais situados nas Reservas Indígenas de Araribóia, no município de Amarante; Bacurizinho, no município de Grajaú, Guajajara, no município de Barra do Corda; e Pindaré, no município de Bom Jardim. Esses municípios estão localizados, respectivamente, nas micro-regiões de Imperatriz, altos Mearim/Grajaú e Pindaré, fazendo parte, todos eles, da região ecológica denominada Pré-Amazônia maranhense. Não fizeram parte da amostragem as aldeias sob a jurisdição dos Postos Indígenas Cana Brava (Reserva Guajajara), Angico Torto e Canudal (Reserva Araribóia).

Os dados em que se baseia este trabalho foram obtidos nas seguintes aldeias: **Funil**, na Reserva Araribóia, município de Amarante do Maranhão; **Ipú**, **Bacurizinho** e **Cocal**, na Reserva Bacurizinho, no município de Grajaú; **São Pedro** e **Colônia**, na Reserva Guajajara, no município de Barra do Corda; **Januária** e **Piçarra Preta**, na Reserva Pindaré, no município de Bom Jardim⁽⁴⁾. Deve-se frisar, contudo, que a maior parte do tempo dedicado a observação direta ocorreu nas aldeias em que estão sediados os Postos Indígenas, que são as seguintes: **Funil** (P.I. Araribóia); **Ipú** (P.I. Bacurizinho); **São Pedro** (P.I. Guajajara) e **Ja-**

nuária (P.I. Pindaré).

Além da observação direta e de entrevistas com membros das sociedades Tenetehara-Guajajara e brasileira, foram manuseados os arquivos dos Postos Indígenas, da Ajudância de Barra do Corda e da 6ª. Delegacia Regional da FUNAI, em São Luis.

Este trabalho constitui-se em uma das partes da monografia que, parcialmente, elaboramos no Center for Latin American Studies da Universidade da Florida (USA), quando lá permanecemos na qualidade de Visiting Scholar, no período de maio a outubro de 1987. Queremos deixar aqui registrados nossos agradecimentos ao seu Diretor Dr. Terry L. McCoy, pelas excelentes condições de trabalho que nos proporcionou, ao Dr. Charles Wagley, pela leitura da monografia e pelo estímulo. Também agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo auxílio recebido. A pesquisa de campo não teria sido possível sem o apoio do departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP - Campus de Marília, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e dos Encarregados dos Postos Indígenas. A todos que contribuíram direta ou indiretamente e, particularmente aos Tenetehara-Guajajara, a nossa gratidão.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

O Estado do Maranhão com uma superfície de 324.616 Km² pode ser dividido em sete regiões ecológicas, a saber: litoral, baixada, cerrado, cocais, pré-amazônia, chapadões e planalto. As micro-regiões do Gurupi, Pindaré, Imperatriz, Alto Mearim e Grajaú localizam-se na pré-Amazônia maranhense, na parte norte-ocidental do Estado. caracteriza-se a área pelo reforço de funções urbanas de cidades antigas e pelo surgimento rápido de novas aglomerações urbanas, ao longo dos eixos rodoviários. Referindo-se à década de 1940, Egler (1951:71) diz: "A Hiléia, no oeste do estado, estende-se até o médio vale do Grajaú, coincidindo com a zona que se pode considerar como de vazio demográfico. A região dos cocais, constituída pelos carnaubais e babaçuais estende-se, principalmente, pela baixada, ao longo dos cursos médios do Mearim, Itapecuru e Parnaíba; é a região de maior concentração de população urbana e rural. Finalmente ao sul, estende-se as grandes chapadas cobertas de campos cerrados, de população rural pouco densa".

A dependência do trabalho indígena iniciada na segunda década do século XVII, perdurou até meados do século XVIII, quando o

fluxo de escravos negros para o Maranhão se regularizou. No século XVII, o governo português tencionou criar núcleos militares no Maranhão, de caráter permanente, com o objetivo de evitar que franceses, holandeses e ingleses conquistassem a bacia amazônica. Mas foi no século XVIII que a Coroa Portuguesa idealizou transformar o Maranhão em um grande centro de produção agrícola, no sentido de suprir o mercado internacional de algodão e arroz, uma vez que devido a Guerra de Independência dos Estados Unidos e a Revolução Industrial Inglesa esses produtos tiveram grande procura e, conseqüentemente, alcançaram altos preços. Objetivando a criação de colônias permanentes, foram enviados de uma feita, no segundo decênio do século XVIII, trezentos açorianos. O Maranhão conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século XVIII, beneficiando-se inicialmente de uma cuidadosa atenção do governo português em cuja testa estava Pombal, então empenhado na luta contra os jesuítas. Os colonos do Maranhão eram adversários dos jesuítas pela escravidão dos índios. Pombal ajudou-os criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil. Ajudando os colonos,

Pombal não apoiou estes em seus propósitos de escravização dos índios, todavia, eliminou de vez as formas abertas e disfarçadas de escravidão indígena em terras brasileiras. A ajuda financeira permitiu a importação em grande escala de mão-de-obra africana, fato que eliminou a dependência do trabalho indígena. A pequena colônia, em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a cento e cinquenta navios por ano e chegando a exportar um milhão de libras (Furtado, 1964:110-111).

Devido às condições propícias de navegabilidade, os estabelecimentos coloniais foram localizados na faixa costeira e no vale do rio Itapecuru. O sul maranhense, denominado Pastos Bons pela frente pecuarista baiana, foi ocupado no século XVIII (Capistrano de Abreu, 1954:212). Daí saíram expedições em várias direções e, simultaneamente, novos criatórios bovinos foram formados. Porto da Chapada, no leste do Estado, surgiu em 1811 como consequência desses avanços partidos de Pastos Bons (Marques, 1970:362). A expansão pastoril continuou até parte da segunda metade do século

XIX. Barra do Corda, também a leste, foi fundada em 1840 à margem do Rio Corda, afluente do Mearim. Todavia, devido à aproximação da floresta da pré-amazônia a oeste e dos vales úmidos (Mearim, Pindaré, Grajaú e Turiaçu) a leste, além da resistência dos Jê-Timbira, o avanço foi obrigado a diminuir o ritmo. A penetração proveniente do litoral só conseguiu atingir, efetivamente, o baixo e médio Itapicurú e o baixo Turiaçu e Pindaré, nas primeiras décadas deste século. O cultivo do algodão, que motivou a expansão inicial, havia sofrido verdadeiro colapso em consequência da Guerra de Secessão dos Estados Unidos e do interesse da Europa pelo algodão egípcio. O resultado foi a estagnação dos municípios onde essa planta era cultivada (Andrade, 1969:82-84). Com a abolição da escravatura faliram 30% das fazendas algodoeiras e 70% dos engenhos de cana. Em consequência, a atividade comercial sofreu grande abalo. Da crise somente escaparam as fazendas pastoris, cuja maior parte encontrava-se nas chapadas do sul e não dependiam do trabalho escravo. Nessa época o sertão ficava completamente isolado das povoações, devido às precárias vias de comunicação que se limitavam à navegação pelos rios, até Caxias e Pedreiras. O algodão, todavia, constituiu-se o esteio

econômico do Maranhão, através das fábricas de fiação e de tecelagem aí instaladas, cuja produção era exportada principalmente para São Paulo (Soares, 1957:444-445).

Até a década de 1930, a economia do Maranhão era uma consequência direta da pecuária extensiva, do surto algodoeiro do século XIX e da indústria textil iniciada em fins desse mesmo século. As áreas produtoras, caracterizadas pela consentrada propriedade da terra, estavam situadas principalmente no baixo Meirim, Itapicuru e no baixo Parnaíba. Toda a produção era escoada em transportes fluviais para São Luís, de onde era exportada por via marítima. Por sua vez, a pecuária extensiva, iniciada na primeira metade do século XVIII, através de criadores baianos que introduziram seus gados inicialmente em Pastos Bons, estava localizada nas chapadas do sul e do sudoeste maranhense. Na década de 1940, a produção algodoeira começou seu declínio. A indústria textil conseguiu ainda manter alguma importância econômica. A pecuária extensiva, porém, ficou estagnada. A partir daí tornou-se dominante o extrativismo vegetal, particularmente do babaçú, produto essencialmente de exportação. "Da palmeira babaçú são extraídos o óleo, empregado nas indústrias de comestível e de sabão, e

a torta para alimentação do gado. Poderão, também, ser obtidos a glicerina, o pixe, o carvão ativado, combustível, plásticos, capachos e escovas grosseiras (das fibras). As folhas servem como material de construção das casas rústicas, e o palmito para alimentação humana, do gado e de porco" (Valverde, 1957:301). Na década de 1950, o babaçú e o arroz tornaram-se os principais produtos. Este último que além de importante para o consumo local, também servia para exportação, desde os tempos coloniais, expandiu rapidamente sua comercialização até ao Rio de Janeiro e São Paulo, onde ele alcançaria melhores preços (Valverde, 1957:393). Naturalmente houve mudança da situação reinante, não só pela necessidade de alargamento do espaço a ser trabalhado, mas também, a reestruturação do sistema econômico tradicional. Soares (1957:457) referindo-se à situação econômica maranhense do princípio do século ao início da década de 1950 diz, textualmente, "Do exame feito da evolução econômica do Maranhão de 1900 a 1953 pôde-se concluir que ela apresentou os seguintes traços característicos: 1) na agricultura houve uma tendência para a maior intensificação do cultivo de outros produtos, além do algodão, arroz e mandioca, como a cana, o milho e o feijão... Houve,

também, um deslocamento da mais importante zona agrícola do Maranhão, que deixou de ser o vale do Itapecurú, hoje decadente, para a ser a região Mearim-Pindaré, e mesmo a baixada entre Pindaré e Turiaçu2) Na pecuária, verificou-se grande aumento do rebanho maranhense que quase triplicou em 30 anos ... notando-se também a expansão da pecuária por quase todo o território do Estado (exceção do noroeste). 3) A grande novidade, na evolução econômica do Maranhão, nesses últimos 50 anos, foi sem dúvida, a crescente importância das atividades extrativas vegetais, na economia do Estado....De produto quase ignorado, no princípio do século, passou o babaçu a ser o principal esteio econômico do Estado e o meio de vida de numerosa população". Ao lado disso, o transporte rodoviário rompeu o isolamento até então existente. Contudo, se as rodovias então implantadas fortaleceram o sistema de trocas internas e a diversificação dos centros mercantis, em contrapartida propiciaram o engajamento regional a centros comerciais fora do Estado. Evidentemente que diante desta inovadora situação, São Luís teria que ficar a margem, devido a sua posição periférica em relação aos novos mercados. Egler (1951:77) referindo-se a São Luís na década de 1940, afirma:

"É o porto mais importante da extensa costa maranhense, centralizando todo o movimento comercial do Estado. Tem ainda uma importante função industrial com numerosas fábricas de fiação de algodão, de beneficiamento de babaçú e de carnaúba". Na década de 1960 em diante e com maior evidência na década de 1970, as lavouras de arroz vem sendo substituídas gradativamente pela pecuária, particularmente no médio Mearim e na região de Imperatriz. As empresas pecuárias e agro-pecuárias de grande porte se caracterizam pela racionalidade, devendo-se sua implantação à política dos incentivos fiscais pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No que diz respeito à industrialização, pode-se dizer que se volta particularmente para o beneficiamento da produção agrícola. Abrange pequenas empresas semi-artezanais e poucas indústrias de transformação de realce, fato que restringe grandemente a absorção de mão-de-obra. Em contrapartida, a iniciativa governamental tem proporcionado obras com apoio de órgãos oficiais de financiamento, coadjuvando assim a atividade industrial.

AS RESERVAS INDÍGENAS

As aldeias variam consideravelmente de população e, conseqüentemente, de tamanho. Os Tenetehara-Guajajara podem, também, viver junto às suas roças. São os "centros" onde residem temporariamente ou por tempo mais prolongado, dependendo da distância que ficam nas aldeias. Lá dedicam-se ao trabalho das roças ou na fabricação de farinha de mandioca. Os indígenas estão distribuídos em trinta e dois aldeamentos e cerca de uma dezena de "centros". Os aldeamentos estão assim distribuídos: Posto Indígena de Araribóia (sete), Posto Indígena Canã Brava (sete), Posto Indígena Guajajara (seis), Posto Indígena Bacurizinho (quatro), Posto Indígena Canudal (três), Posto Indígena Anjico Torto (três) e Posto Indígena Pindaré (dois). Via de regra, cada aldeia tem um chefe, chamado de **capitão**. Seria o responsável pela aldeia e o intermediário entre seu povo e os funcionários do órgão protecionista. Seu prestígio maior ou menor depende de sua real liderança e do número de sua parentela. As aldeias estão sob a jurisdição de sete Postos Indígenas, que atuam em quatro Reservas situadas nos municípios de Amarante, Grajaú,

Barra do Corda e Bom Jardim. Todos esses municípios estão localizados em micro-regiões que fazem parte da área ecológica denominada Pré-Amazônia. Esta se estende desde os manguezais do litoral noroeste até as matas das proximidades da região do Planalto. Não é, portanto, homogênea do ponto de vista fitofisionômico. Mas, em sua maior parte, principalmente a oeste, pode ser considerada como uma extensa Hiléia Amazônica. Nessa região ocorre o clima equatorial, com idênticas características durante todo o ano e alto índice pluviométrico, particularmente de novembro a junho.

As Reservas Indígenas têm as seguintes áreas: Araribóia (414.589 hectares); Bacurizinho (82.432 hectares); Guajajara (145.013 hectares); Pindaré (15.002 hectares)(5). A Reserva Guajajara é constituída pelos Postos Indígenas Guajajara (antigo Manoel Rabelo) e Cana Brava. Está localizada entre os rios Mearim e seu afluente Corda. A Reserva Pindaré, localizada no baixo Pindaré, possui apenas o Posto Indígena Pindaré (antigo Gonçalves Dias)(6). A Reserva Bacurizinho, situada entre o rio Mearim e seu afluente riacho Enjeitado, é administrada localmente pelo Posto Indígena do mesmo nome. A Reserva Araribóia, localizada entre o alto rio Zutia e o rio Buriticupu, está cons-

tituída pelos Postos Indígenas Araribóia, Angico Torto e Canudal.

Na década de 1970, particularmente em seus meados, houve problemas da disputa e invasões nas Reservas de Bacurizinho, Pindaré, Guajajara e Araribóia. Na área do Posto Indígena Angico Torto, pertencente a esta última Reserva, a pressão dos invasores foi muito grande e a reação dos Tenetehara-Guajajara também. As Reservas Indígenas Pindaré e Guajajara tiveram suas terras cortadas pelas rodovias BR. 316 e 226. A abertura dessas estradas aumentou grandemente a comunicação e o número de veículos motorizados e conseqüentemente a cobiça de invasores. O contato ficou acentuado com os regionais, de modo desordenado, causando grandes transtornos organizatórios nas aldeias que margeiam a citada rodovia. Particularmente nas Aldeias Barreirinho, Coquinho e Mussum onde, desde o início da década de 1970, havia festas com muita cachaça e prostituição das mulheres Tenetehara-Guajajara. Os habitantes da primeira, em sua maioria, transferiram-se para a aldeia São Pedro. Tradicionalmente os Tenetehara não tem prostituição institucionalizada e parece que não têm homossexualismo feminino ou masculino, fato que também não foi relatado por Wagley e Galvão (1949, 1955). Além disso,

a Reserva Indígena Guajajara tem encravadas em suas terras a Missão Alto Alegre, dos frades capuchinos e o povoado denominado São Pedro dos Cacetes. Aí, em julho de 1978 a Polícia Federal conseguiu evitar possíveis refregas por parte dos civilizados que estariam dispostos a reagir, devido às notícias de súbitas e imediatas expulsões da área do Posto Indígena Cana Brava(7).

Alguns Tenetehara-Guajajara, numericamente reduzidos, vivem em Postos Indígenas, pertencentes a outras Reservas. No Posto Indígena Carú, localizado na Reserva Indígena Gurupi (entre os rios Gurupi, Turi e Pindaré), município de Bom Jardim. Esta Reserva abriga os Kaapor, os Guajá e uns poucos Tenetehara-Guajajara e Tenetehara-Tembé. Na Reserva Governador dos Pukobyê (município de Amarante), ficou encravada a Aldeia Borges. E ainda, em outras pequenas áreas, tais como Geralda/Toco Preto (município de Grajaú), Rodeador (município de Barra do Corda) e Morro Branco (na cidade de grajaú).

Os Tenetehara-Guajajara têm uma experiência de convívio interétnico desde meados do século XVII que se tornou mais acentuada neste século, em particular a partir da segunda metade. São tutelados pela Fundação Na-

cional do Índio (FUNAI), órgão que sucedeu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que atuou desde 1910 até 1967. Aquela foi criada em 05 de dezembro de 1967, através da Lei nº 5.371. Seu Regimento Interno com a formulação geral da política indigenista a ser seguida foi liberado em 1972 pelo Ministério do Interior, ao qual o órgão protecionista está vinculado. Em 1973, a Lei 6.001 (Estatuto do Índio) foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Na época da nossa pesquisa de campo os Postos Indígenas e a Ajudância de Barra do Corda, estavam subordinados à 6ª. Delegacia Regional da FUNAI, sediada em São Luís, capital do Estado (8). Os Postos Indígenas são administrados por um Chefe e podem ter um enfermeiro prático, monitores bilíngues, os quais recebem um treinamento rápido e específico para cada caso. Eventualmente pode haver trabalhadores braçais.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA TRIBAL

Nas aldeias visitadas havia árvores frutíferas tais como mangueiras, limoeiros, laranjeiras, cajueiros, goiabeiras, mamoeiros e bananeiras. Via de regras são apenas para o consumo interno, sendo raramente vendidos aos regionais. O animal doméstico que mais chama a atenção é o grande número de cachorros que há nas aldeias, além disso criam também galinhas, porcos, gado vacum, cavalari e mular. O alimento diário é a farinha de mandioca em associação com carne ou peixe, mas principalmente na forma de "chibé", isto é, misturada com água.

Os recursos econômicos dos Tenetehara-Guajajara são trabalho, terra, agricultura, caça, pesca, coleta e extrativismo vegetal(9). A força de trabalho é voltada para a produção interna do grupo e para venda aos regionais, o que tem diminuído muito nos últimos anos por determinação do órgão protetor. A terra disponível está compreendida nos limites das Reservas. A agricultura continua predominantemente de subsistência, com reduzido montante para venda. A caça é a atividade mais importante depois da agricultura. A pesca e a coleta de frutos comestíveis são menos importantes, embora esta última não seja desprezível, princi-

palmente na estação chuvosa. O extrativismo vegetal também é praticado para fins comerciais, particularmente o coco babaçú na Reserva Pindaré. Na pesca os Tenentehara-Guajajara podem empregar arco e flecha, anzol e linha de nylon e tarrafas também confeccionadas com linha de nylon. Usam timbó, um veneno que ton-teia os peixes e facilita sua captura, quando quando há ocasiões propícias para isso, isto é, quando a água está baixa e represada. Os peixes que mencionaram são pacú, cascudo, piranha, curimatã, aracú, piau, traíra, sardinha, piaba, acará, arraia, mandí e surubim. Na caça costumam usar espingardas cartucheiras e de espoleta. Dizem caçar veados mateiro e catingueiro, porcos caetetú e queixada, cotia, coandú, anta, capivara, macacos e jabotí, jacú, aracuã, jahó, curica, arara, inambú, papagaio e jacamim. Ainda quando a caça era uma atividade coletiva para subsistência, a carne não era uma propriedade do grupo, mas pertencia ao caçador que matou o animal. Presentemente caça coletiva é geralmente realizada somente para os ritos de iniciação das jóvens e a carne é transferida para a família responsável pelo cerimonial. No que diz respeito à coleta destacam-se as folhas de palmeira injá, babaçú e burití que são úteis para a cober

tura e paredes de casas e para a confecção de cestaria. Além disso, coletam mel de abelhas, e os frutos de açaí, bacaba, piqui branco, cupuaçu, sapucaia, jenipapo, mamoi e cajá, etc. A coleta de frutos comestíveis depende da época que estão disponíveis(10). Plantam mandioca mansa que serve para fazer mingau e a mandioca brava com a qual preparam a farinha. As outras plantas são: milho, feijão, fava, abóbora, cará, inhame, batata doce, melancia, amendoim, fumo, algodão, arroz, etc. As roças continuam sendo medidas em "linhas", o equivalente a 25 braças quadradas ou aproximadamente 2.500m². Os instrumentos usados na faina agrícola são: machado, facão, enxada, foice, cavador e enxadeco. A técnica de derruba e queima continua sendo usada na agricultura dos Tenetehara-Guajajara. A época de derruba e queima medeia entre agosto e novembro. Logo após a queima ou coivara, é feito o plantio. A mandioca é retirada da roça na necessidade de seu uso, pois pode permanecer boa cerca de dois anos. As demais plantas são retiradas da roça, de acordo com o tempo certo para sua colheita, baseado na experiência do grupo tribal. A agricultura ainda é predominantemente de subsistência, com reduzido excedente para venda. O cultivo ocupa o trabalho das famílias elementares, havendo a

chamada "troca de dia" entre componentes de parentelas e, esporadicamente, o trabalho remunerado. Irmãos e cunhados fazem roças contíguas, porém com marcas de separação, havendo uma única cerca.

No período de janeiro de 1977 a janeiro de 1979 verificamos que a FUNAI estava realmente preocupada em incentivar os chamados "projetos agrícolas" que envolviam o maior número de indivíduos de cada aldeia no cultivo coletivo, principalmente de arroz e de mandioca. Todos os Postos Indígenas estavam estimulando o trabalho agrícola cooperativo. Por exemplo, no Posto Indígena Pindaré, na Reserva do mesmo nome, a roça comunitária, fica na margem da rodovia, cerca de dois quilômetros distante da aldeia Januária. Em janeiro de 1979 dez homens estavam preparando o terreno para plantio de arroz e, posteriormente, plantariam abóbora, melancia, milho e mandioca. Os componentes recebiam diárias para o sustento familiar e, no final da colheita, os lucros seriam divididos e reinvestidos em novas roças. Esta era uma tentativa do órgão protecionista livrar os Tenetehara-Guajajara de venderem sua força de trabalho ou a excessiva dependência de produtos do extrativismo vegetal, especialmente de coco babaçú, como ocorria na

área da Reserva Indígena Pindaré. Aliás, nesta área, a dinamização de comunicação e de comercialização aumentou muitíssimo desde a pesquisa de Wagley e Galvão na primeira metade da década de 1940. Fato que não ocorreu nas demais áreas em que vivem os Tenetehara-Guajajara, isto é, essa dinâmica comercial e de comunicação foi mais reduzida até o início da década de 1960. Na atualidade, com a abertura de rodovias interestaduais e intermunicipais, foi possibilitado o tráfego tanto no período chuvoso quanto no seco. Evidentemente que com o aumento populacional da sociedade envolvente e a mudança proporcionada pela nova situação, as condições econômico-sociais foram sensivelmente dinamizadas.

De acordo com a documentação encontrada na sede do Posto Indígena Pindaré, em 1977 houve distribuição de ferramentas, de anzoes e linha de nylon aos participantes da roça coletiva. Remédios, todavia, continuam sendo distribuídos na medida de sua existência e efetiva necessidade. Havia distribuição de presentes aos Tenetehara-Guajajara do Pindaré na década de 1940. Nessa época os funcionários do então Serviço de Proteção aos Índios, com objetivo de evitar que os Tenetehara-Guajajara fossem explorados pelos regionais, tentavam fazer

los vender seus produtos através do Posto Indígena. Porém, os Tenetehara-Guajajara não levavam a sério essa obrigatoriedade, continuando a fazer suas transações comerciais diretamente com seus vizinhos brasileiros (Wagley e Galvão, 1949:62). Os indígenas comerciavam com seus vizinhos brasileiros, utilidades tais como peles de animais silvestres, resinas, madeiras, amendoas de babaçú, etc., para obter roupas, sal, anzoes de pesca e outros manufaturados. Assim, esse comércio não só continua, mas também se tornou mais dinâmico. Aumentou a quantidade de bens manufaturados, tais como panelas e caçarolas de alumínio ou de ferro, lamparinas ou candieiros a querosene, roupas, sandálias de borracha, sal, tabaco, linha de nylon, anzoes de pesca, munição, tesouras, lanternas, rádios, chapéus, espingardas, malas, espelhos, açúcar, cachaça, bicicletas, toca-discos, facas, pentes, máquinas de costura, relógios, facões, enxadas, enxadecos, machados, etc. Deve-se evidenciar que as mudanças econômicas e sociais na região implicariam na quebra das relações de clientela. Assim sendo, como os Tenetehara-Guajajara não dispõem de crédito, devem adquirir tudo a vista, fato que importa na limitação de quantidade de bens adquiridos e na necessidade de obten-

tenção de dinheiro para adquiri-los. Os utensílios manufaturados são obtidos através do comércio com os regionais. Nas casas pode haver maior ou menor número desses bens, os quais geralmente são constituídos de equipamento para obtenção da subsistência e de uso doméstico.

O meio pelo qual a sociedade Tenetehara-Guajajara encontrou para posicionar-se economicamente com a sociedade brasileira foi estabelecer uma relação comercial de troca de bens que é capaz de vender e de outros que necessita. Além da venda de sua força de trabalho, produtos agrícolas e extrativistas são comercializados. Na década de 1970 a venda da força de trabalho foi até incrementada, particularmente nos municípios de Amarante, Grajaú e Barra do Corda, no trabalho de derrubar mato e fazer pastagens para os criadores de gado, vindos de vários outros Estados brasileiros.

Antigamente o trabalho dos Tenetehara-Guajajara era organizado de acordo com rígidas regras da divisão sexual do trabalho. Na época da pesquisa de campo de Wagley e Galvão (1949:47) várias mudanças já haviam ocorrido. Eles sugerem que esta mudança pode ser imputada a dois fatores: aumento da produção da mandioca para fazer frente a procura da farinha

da mandioca que requeria mais o efetivo masculino em todas as fases de sua comercialização e a imitação de divisão do trabalho dos brasileiros. Atualmente, verifica-se que a divisão do trabalho por sexo se mantém aproximadamente como na década de 1940, período que já apresentava sensíveis mudanças em relação ao passado. A divisão de trabalho entre os sexos não segue a rigidez de outrora. Os homens fazem muitas tarefas que eram exclusivas da mulher, principalmente no que diz respeito ao fabrico da farinha de mandioca. Na Reserva Pinaré, ambos os sexos, adultos e crianças, dedicam-se à quebra do coco babaçú, cuja amêndoa é vendida ao comércio regional. Os padrões de trabalhos dos Tenetehara-Guajajara mudaram devido ao contato interétnico e como um resultado de penetração na economia de mercado.

O coco babaçú faz parte dos interesses econômicos dos Tenetehara-Guajajara, como produto de troca comercial com os comerciantes regionais. Evidentemente que este produto do extrativismo vegetal também interessa aos regionais pobres obtê-lo para conseguir produtos manufaturados. Aí entra a competitividade entre uns e outros que resulta a invasão das terras indígenas e até seu eventual arrendamento por um ou outro indivíduo Tenetehara-

Guajajara àqueles que nisso estão interessados.

A produção de babaçú no Meio-Norte se concentra em três regiões principais: o Vale do Itapecurú; o vale do parnaíba; os vales do Mearim e Pindaré. Poder-se-ão distinguir, ainda, três regiões secundárias, a do golfo maranhense; a do nordeste do Maranhão, e a dos altos vales, representados pelas partes superiores dos rios Paranaíba, Itapecurú e Mearim. Os vales do Mearim-Pindaré são uma região pioneira moderna povoada por migrantes provenientes do Ceará e do Piauí; o vale do Itapecurú foi uma região pioneira antiga, e o vale do Parnaíba jamais foi uma região pioneira (Valverde, 1957: 395-396).

A cultura material dos Tenetehara-Guajajara mudou desde a década de 1940 em quantidade e qualidade. O crescimento da presença de bens manufaturados, entretanto, não causou a desintegração dos seus tradicionais objetos, que são elaborados para uso próprio ou para venda. Continuam confeccionando balaios, peneiras, cestos, abanos, tipitís, cofos, fusos, bobinas para tecer redes de dormir, espátulas para mexer farinha no forno, teares, tipóias para carregar crianças, maracás, buzinas, ornatos de cabeça, colares, flechas e arcos,

arapucas, diversos tipos de armadilhas de pesca e brinquedos. Ainda utilizam vasilhames de barro, cuias e cabaças como utensílios domésticos. Aliás, ao iniciar-se essa década, surgiu a possibilidade de comercialização de objetos indígenas, através da Artindia criada pela Fundação nacional do Índio (FUNAI). Mas, devido ao pouco esmero do artesanato Tenetehara-Guajajara, em relação ao de outros grupos tribais, a tendência era diminuir cada vez mais a demanda.

As mulheres, principalmente, estão se dedicando ao fabrico de peças de artesanato para a venda, não sendo porém de grande esmero, com exceção das redes de algodão para dormir, tecidas tanto para uso próprio como também para comercializar. Pode-se afirmar que a comercialização do artesanato, muito embora seu preço seja diminuto, constitui uma fonte contínua de obtenção de dinheiro, usado para a compra de bens manufaturados. Essa comercialização é feita nas cidades, porém compradores profissionais vão periodicamente às aldeias adquirir novos estoques. Outra fonte de renda, surgida na década de 1970, é resultante da aposentadoria pelo Funrural, aos homens maiores de 65 anos e às viúvas. Nesse mesmo período foi estabelecido pela FUNAI o programa edu-

cacional bilingue, em que monitores são Tenetehara-Guajajara, que recebem um rápido treinamento para isso. Este fato os distingue dos demais que fazem trabalhos braçais, além disso, em razão de serem assalariados, com pagamento mensal, tornam-se verdadeiros privilegiados dentro do grupo tribal. Realmente, seu padrão de vida passa a ser diferente. Raros outros indivíduos, às vezes parentes dos monitores, tem êxito econômico. O pai de um dos monitores da Reserva Indígena Bacurizinho comprava artesanatos de outros Tenetehara-Guajajara e os comerciava, lucrando com essa atividade. O marido de uma monitora da Reserva Indígena Araribóia também fazia negócios, aplicando o dinheiro da esposa em compra de bens manufaturados para revende-los e até contratava empreitadas, utilizando o trabalho dos Tenetehara-Guajajara da sua aldeia. Por exemplo, em 1978 ele comprou dos indígenas 6.916 quilos de folha de Jaborandi, revendendo-as a um civilizado. Essa planta tem uso farmacêutico. Também, ocasionalmente, aqueles da Reserva Guajajara coletavam e vendiam essas folhas em Barra do Corda. Afora esses casos, os xamãs ganham recompensas pelo seu trabalho, em dinheiro e/ou em outros bens. As relações econômicas dos Tenetehara-Guajajara com a sociedade en-

volvente são básicos para o entendimento de que as mudanças econômicas afetam diretamente as mudanças sociais, atingindo a sociedade indígena em sua totalidade. Um dos aspectos que mais se evidenciam é a tendência à integração do grupo tribal na economia de mercado e consequentemente do seu maior aprendizado dos jogos de interesse que ela envolve. Foi através da venda do óleo de copaíba e de amendoas de baçaú, produtos usados como artigos para comércio desde o século dezenove, que eles se integraram na economia de mercado regional (Wagley e Galvão: 1949, 1955).

—o0o—

C O N C L U S ã O

As Micro-Regiões do Gurupí, Pindaré, Imperatriz e Alto Mearim e Grajaú, estão localizadas na Pré-Amazônia no oeste do Maranhão. Este conjunto de Micro-Regiões estende-se desde os manguezais do litoral noroeste às florestas do Alto Mearim e Grajaú. Esta área caracteriza-se pela existência de cidades antigas como Imperatriz e Pindaré-Mirim, pelo surgimento de novas aglomerações ao longo das rodovias BR-316 (Belém-São Luís) e BR-010 Belém-Brasília) e pelo rápido crescimento de outros, como é o caso de Santa Inês. Tem como característica comum o fato de ser região de povoamento recente, onde migrantes do nordeste ou do próprio Estado, promovem uma ocupação à base de unidade de produção familiar. Nas áreas de ocupação mais antiga se desenvolve a pecuária de corte.

Na região Centro Oeste do Estado, na bacia do médio e alto Mearim, que pode ser considerada como ponto central da zona dos cocais de babaçú, localiza-se a área maranhense onde as atividades agrícola e pastoril são realizadas em moldes mais racionais. Desbravada há cerca de 40 anos pelas frentes pioneiras

que do Itapecuru avançam para oeste, a estrutura fundiária não concentrada permitiu melhor fixação da população rural, melhoria de técnicas utilizadas nas atividades agro-pecuárias e implantação de cultivos permanentes.

A implantação de Empresas Agropecuárias e Pecuárias de grande porte, caracterizadas por um sistema racional de criação, contrasta com os tradicionais criatórios bovinos, de caráter extensivo, dos cerrados e chapadas. Evidentemente que esta modalidade empresarial tem constituído no motivo de expulsão do pequeno agricultor para novas áreas florestais do Estado ou para frentes de trabalho que se abrem na Amazônia. Ao lado disso, os fluxos migratórios nordestinos se intensificaram nas décadas de 1960 e 1970; a formação de extensa área de fronteira agrícola de formação espontânea no oeste do Estado; e, finalmente a política governamental de assentamento de pequenos produtores, através de projetos de colonização, deram uma feição inovadora ao sistema econômico tradicional do Maranhão. A população não-indígena do Estado do Maranhão que em 1940 alcançava a cifra de 1.231.955 indivíduos, em 1960 subiu para 2.469.447 pessoas e em 1980 chegou ao total de 4.002.599 (I.B.G.E., 1981).

A economia de subsistência, baseada

na agricultura de derrubada e queima, na caça e secundariamente na coleta e na pesca contínua. Mas, ao lado disso, os Tenetehara-Guajajara vendem o pequeno excedente as vezes sacrificam o próprio auto-consumo para obter bens manufaturados. Todavia, o artesanato, embora nem sempre com o esmero desejável quanto a durabilidade, carrega dinheiro para compra de suas necessidades advindas pelo convívio interétnico. Uns poucos obtêm dinheiro através de empregos públicos (monitores) e outros através do Funrural (homens idosos e viúvas). Eventualmente eles vendem sua força de trabalho, em atividades braçais, para os regionais vizinhos. As relações comerciais envolvem, em contrapartida, a compra de roupas, armas de fogo e munição, lanternas, querosene e, principalmente, implementos para o trabalho agrícola e para uso doméstico. Os monitores bilingues, pelo fato de serem funcionários da FUNAI e terem garantidos seus salários todos os meses, ficam numa situação privilegiada, em relação aos demais Tenetehara-Guajajara. Com exceção da Aldeia Bacurizinho, pertencente a Reserva Indígena do mesmo nome, onde o "capitão" (Chefe Político) é também monitor bilingue, nas demais aldeias os "capitães" ficam inferiorizados aos monitores, do ponto de vista e-

conômico e, em consequência, do poder aquisitivo de bens manufaturados adquiridos no comércio regional.

As mudanças econômicas ocorridas desde a primeira metade da década de 1970, foram menores do que se poderia esperar. Parece mesmo que as pressões pela demarcação das Reservas, os litígios com os regionais pelas questões de terra, tenham propiciado uma maior coesão tribal e consequente tendência à manutenção de seus padrões culturais. Apesar de viverem rodeados de sítios, de fazendas, de povoados, de vilas e de cidades, do que resulta um natural processo de integração e dependência, em relação à sociedade envolvente, a extratificação baseada em indicadores sócio-econômicos não tem nenhum sentido para os Tenehara-Guajajara no conjunto global da sua sociedade.

N O T A S

- (1) Há indivíduos Tenetehara-Guajajara vivendo em outros Postos Indígenas, pertencentes a outras Reservas mas em número diminuto. Por exemplo, o P.I. Carú faz parte da Reserva Indígena Gurupi (entre os rios Gurupi, Turri e Pindaré). Está localizado no Município de Bom Jardim. Nesta Reserva vivem os Kaapor, os Guajá e uns poucos Tenetehara-Guajajara. O mesmo ocorre na Reserva Governador dos Pukobyê (município de Amarante) e outras pequenas áreas, tais como Geralda/Toco Preto (município de Grajaú), Rodeador (município de Barra do Corda) e Morro Branco (na cidade de Grajaú).
- (2) Empregamos os termos "brancos", "civilizados", "brasileiros" e "regionais" com o mesmo sentido, isto é, não índios.
- (3) Usamos os termos "sociedade envolvente", "sociedade brasileira", "sociedade dominante", e "sociedade maior", com sinônimos.
- (4) Fizemos rápida visita às aldeias Sardinha (na Reserva Guajajara), Borges (localizada na área da Reserva Governador, dos Pukobyê) e Morro Branco (na cidade de Grajaú).
- (5) Informações fornecidas pelo Senhor Delegado da 6ª Delegacia Regional da FUNAI - São Luís do Maranhão - em 06.04.82 através de ofício nº 050/6ª. DR/82.
- (6) Na época da pesquisa de Wagley e Galvão os Postos Indígenas Guajajara e Pindaré eram denominados respectivamente, Manoel Rabelo e Gonçalves Dias. A troca de nomes ocorreu através da Portaria 136 do Presidente da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União em 29.05.69.

- (7) Cf. Documento existente nos Arquivos da 6ª. Delegacia regional da FUNAI, na cidade de São Luís.
- (8) A Ajudância de Barra do Corda, sediada na cidade do mesmo nome, foi reativada através da Portaria nº 231/N de 25.02.75 (Arquivo do Posto Indígena Guajajara). Coordena e supervisiona os Postos Indígenas Bacurizinho, Cana Brava, Guajajara (Índios Tenetehara-Guajajara), Canela e Porquinhos (Índios Ramkokamekra e Apaniekra). Os demais continuam sob a coordenação direta da 6ª. Delegacia Regional, com sede em São Luís.
- (9) Na década de 1950, segundo documentos do arquivo particular do senhor Raimundo Vianna, ex-responsável pelos índios de Grajaú, havia serraria na área do atual Posto Indígena Bacurizinho. Em maio de 1954 a produção atingiu 110 dúzias de tábuas de cedro, com possibilidade de atingir 250 dúzias nesse mesmo mês.
- (10) Cajú (outubro-novembro); bacuri (janeiro); piquí (outubro-janeiro); sapucaia (junho); jenipapo (dezembro-fevereiro); jatobá (junho-agosto); mamoi (janeiro - março), cajá (fevereiro-abril).

B I B L I O G R A F I A

- ANDRADE, Manuel Correia de
1969 - Paisagens e Problemas do Brasil. Editora Brasiliense.
- BENDOR-SAMUEL, David.
1967 - Levantamento da Situação dos Guajajara. Relatório datilografado existente nos Arquivos da FUNAI, em Brasília.
- BERGER, Allen H.
1976 - Structural and Eclectic Revisions of Marxist Strategy: A Cultural Materialist Critique. In Current Anthropology, vol. 17, nº 2; pp. 290-305.
- CAPISTRANO DE ABREU, J.
1954 - Capítulos da História Colonial. Livraria Briginet. Rio de Janeiro.
- DINIZ, Edson Soares.
1982 - Os Índios Tenetehara-Guajajara e seu convívio com os Regionais. UNESP. Publicação Avulsa nº 38, série Etnologia nº 02. Marília. São Paulo.
1983 - "Convívio e Dependência: Os Tenetehara-Guajajara". Journal de la Société des Américanistes. Tome LXIX; pp. 117-127. Paris.
1984/85 - "Os Tenetehara-Guajajara : Convívio e Integração". Revista de Antropologia, volumes XVII - XVIII. Universidade de São Paulo.
1988 - Os Tenetehara-Guajajara: Avaliação das Relações Intersocietárias. UNESP. Publicação Avulsa nº 99, Série Etnologia nº 05. Marília. São Paulo.

DINIZ, Edson Soares & CARDIA, Laís Maretti
1979 - A Situação Atual dos Índios Tenetehara. Revista de Atropologia, vol. XXII. São Paulo.

EGLER, Eugênia Gonçalves.
1951 - Distribuição da População no Estado do Maranhão em 1940. Revista de Geografia I.B.G.E., ano XIII, nº 1, pp. 71-84.

F.I.B.G.E.
1981 - Sinopse preliminar do censo demográfico. IX Recenseamento Geral do Brasil (1980), vol. I, tomo I, nº 1. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso.
1964 - Formação Econômica do Brasil. 6ª edição. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

GODELIER, Maurice.
1977 - Perspectives in Marxist Antropology. Cambridge University Press. Cambridge.

GOMES, Mércio.
1977 - The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão (A Dissetation presented to the Graduate Council of the University of Florida).

KELLER, F.I. Vieira.
1975 - O Homem na Frente de Expansão: Permanência, Mudança e Conflito. In Revista de História, nº 102; pp. 665-709.

MARQUES, César Augusto.
1970 - Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, 3ª edição. Cia. Editora Fon-Fon e Seleta. Rio de Janeiro (1ª edição. 1870).

SOARES, M. T. Segadas.

1957 - Alguns aspectos da Evolução Econômica do Maranhão no século XX. Boletim Geográfico, Ano XV, nº 139. Conselho Nacional de Geografia (I.B.G.E.). pp. 444-458. Rio de Janeiro.

VALVERDE, Orlando.

1957 - Geografia Econômica e Social do Babaçú no Meio-Norte. Revista Brasileira de Geografia, ano XIX, nº 4, pp. 381-420.

VIVEIROS, Jerônimo de.

1954 - História do Comércio do Maranhão (1612-1895). Edição da Associação Comercial do Maranhão, 2 volumes, 618 p. São Luís.

WAGLEY, Charles and GALVÃO, Eduardo.

1949 - The Tenetehara Indians of Brazil. A Cultura in Transition. Columbia University Press. New York.

1955 - Os Índios Tenetehara (Uma cultura em transição). Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro.

S U M M A R Y

This paper is an attempt to point out some aspects of present economical relations between the Tenetehara-Guajajara Indians (Tupi Guarani language) and the population of the hinterland of the Estado do Maranhão (Brazil).

The majority of the Tenetehara-Guajajara Indians live in tribal life villages under the administration of the Fundação Nacional do Índio (FUNAI). The interethnic contact began in the XVII century. The Indians have retained some degree of social organization stability. Now they have started, as a whole, to participate in national economy through the monetary system. Subsistence agriculture is still the main tribal occupation.

This study includes the following sections: Introduction, Regional Situation, Indians (settlements and economic life), and Conclusion. The data were collected during five months between 1977-1979.

outros títulos à disposição

OS ÍNDIOS TENETEHARA-GUAJAJARA E SEU
CONVÍVIO COM OS REGIONAIS
por Edson Soares Diniz

AUKÍ-RÉ : MITO E REALIDADE - EXPLICA-
ÇÃO KRÍKATÍ
por Edson Soares Diniz

TRANSE E POSSESSÃO NO CULTO DOS
ORIXÁS
por Claude Lépine

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: MITO E
REALIDADE
por Shiguenoli Miyamoto

FETICHISMO E CULTURA
por Sebastião Jorge Chammé

PRESSÃO E REPRESSÃO NA GREVE
por Eli Pimenta

DOIS ESTUDOS SOBRE FERNANDO PESSOA
por João Décio

Publicação Avulsa nº 102

COMISSÃO PERMANENTE DE PUBLICAÇÕES

Maria Cecília Mattoso Ramos

Eli Pimenta

Iná Camargo Costa

Regina Célia B. Belluzzo

Eleonora Helena Silva e Mello

Daniel Zacharias Neto

Seção de Biblioteca e Documentação

F.E.F.C.S.D. - CAMPUS DE MARÍLIA -

UNESP - Av. Vicente Ferreira, 1278

Caixa Postal 420 - CEP 17500 - Ma-

rília - SP.

Os trabalhos publicados na Coleção "Publicação Avulsa" têm sua revisão gramatical e gráfica feita pelo respectivo autor, a quem cabe a responsabilidade total pelos conceitos emitidos.

IMPRESSO NA SEÇÃO GRÁFICA - BIB. CENTRAL - MARÍLIA